

## PENSANDO DISTINÇÕES ENTRE PRETOS E PARDOS NO BRASIL A PARTIR DAS COTAS RACIAIS NAS UNIVERSIDADES<sup>1</sup>

Marcos Silva Silveira<sup>2</sup>

### RESUMO:

Este artigo se destina a contribuir para uma avaliação dos efeitos das políticas públicas voltadas para a população negra, em especial, as cotas raciais nas Universidades Públicas. Tais políticas têm afetado noções básicas da identidade brasileira, com relação à raça e a cor. Partindo da questão contemporânea do Colorismo entre os estudantes negros, procura-se rever textos e discussões fundamentais que serviram para pensar essas políticas e suas consequências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações raciais – Políticas públicas – Etnicidade

### ABSTRACT:

This article is intended to contribute to an assessment of the effects of public policies aimed at the black population, in particular, racial quotas in Public Universities. Such policies have affected basic notions of Brazilian identity, in relation to race and color. Starting from the contemporary issue of Colorism among black students, we seek to review texts and fundamental discussions that served to reflect on these policies and their consequences.

**KEYWORDS:** Race Relations – Public Policy – Ethnicity

### Introdução

O fato de que a categoria Pardo dentro de um quadro de classificações étnico racial não permita uma classificação precisa vem sendo discutida nas ciências sociais brasileiras há certo tempo, e precisa ser mais bem compreendida, pelas suas implicações em políticas públicas voltada para Negros, a partir da noção de Pretos e Pardos do Censo do IBGE.

---

<sup>1</sup> Uma primeira versão do conteúdo deste artigo foi apresentada durante o 43º Encontro Anual da ANPOCS, ST36: Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, coordenado por Ângela Figueiredo (UFRB) e Flavia Rios (UFF).

<sup>2</sup> Professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia.

Em um artigo voltado ao tema, Luiz Augusto Campos (2012, p. 80) chama a atenção de que a ideia do mestiço sempre foi complicada para as políticas estatais. A categoria Pardo, em particular, tem uma história dentro dos Censos. No primeiro censo, ainda no Império, ela se referia aos negros livres, quando retorna nos censos republicanos, da qual esteve ausente, servia para designar pessoas que não se identificavam nem como brancos e nem como negros. Servia para designar também Índios e Caboclos, categoria que originalmente designava Índios desaldeados.

Na prática, como esta categoria não define o pertencimento a um grupo social específico, seja racial, étnico, religioso ou regional. Então, como lidar com ela quando se precisa definir se um cidadão faz jus a uma política pública inclusiva voltada para um determinado público-alvo, que precisa ser validade de alguma forma, tomando-a como referência? No caso, as políticas afirmativas para Negros.

A República brasileira trabalha com um sistema de identificação de cidadãos que é totalmente individualista e não reconhece identidades coletivas, sejam étnicas, regionais ou religiosas, exceto no plano da cultura. No plano dos direitos civis e da organização social, ao contrário, qualquer tentativa de reivindicar uma identidade coletiva sempre é vista como uma ameaça a unidade nacional, de uma nação sincrética e mestiça. Muito do incomodo e das críticas que as políticas de inclusão racial no ensino superior sofrem deriva desta característica de nossa sociedade atual.

Voltando a Luiz Augusto Campos (2012), ele enfatiza como o surgimento de políticas afirmativas para Negros recolocou esta questão, gerando uma série de polêmicas que fazem mais sentido quando entendemos que elas giram em torno dos mestiços e não simplesmente em torno de quem é negro no Brasil. O ponto é que esta pergunta, na prática, é feita para os mestiços, ou seja, que mestiços se veem como negros?

Quem passou a utilizar o Termo Negro somando as categorias Preto e Pardo do censo do IBGE foram os pesquisadores Carlos Hasenbalg e Néilson do Valle Silva, no final da década de 70. Eles perceberam que os indicadores sociais destas duas categorias eram similares quando comparadas aos brancos e estavam sempre numa condição inferior àqueles. Além disso, o número de Pretos era seis vezes menor do que o dos Pardos, tornando difícil pensa-los em separado. Juntos, as análises renderam mais e tiveram um desdobramento político muito claro. Para os movimentos negros que se reorganizavam neste período, estes estudos permitiam pensar

uma nova categoria de Negro com uma base científica a partir dessas categorias estatais e destes estudos sociológicos.

Por outro lado, na reunião da ANPOCS, Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, em 2018, em mesas e GTs sobre a temática racial pós cotas<sup>3</sup>, a questão do **Colorismo**, com a nova geração de cotistas nas UFES estabelecendo uma diferença entre Pretos e Pardos, veio à tona. É um fenômeno de dimensões nacionais. Os estudantes Pretos entendem que eles devem ser o alvo prioritário destas políticas, por serem eles que realmente sofrem o racismo na pele. Desse ponto de vista, os pardos, principalmente os mais claros, estariam numa outra categoria por vivenciarem a questão racial de outras formas. Há uma questão geracional envolvida. A geração anterior, que lutou pelas cotas, formada pelos professores, pesquisadores e militantes mais antigos, desde os anos 70 continua a enxergar os Negros como a soma dos pretos e pardos do IBGE, a partir da semelhança destas duas populações diante dos brancos.

Vale destacar que o IBGE trabalha com populações, não trabalha com grupos sociais definidos nem com comunidades. Então, quem são realmente os brancos, pretos e pardos do Censo, quando tentamos trazê-los para o mundo real do dia a dia? No caso de estudantes cotistas, a situação é bem diferente. São os beneficiários dessas políticas e percebem esta distinção a partir de sua vivência das mesmas. Na Universidade Federal do Paraná, onde sou professor, sempre vemos os estudantes pardos mais claros desaparecerem na massa de estudantes, indiferenciados pela sua própria mestiçagem, o que é a condição das pessoas morenas. Alguns tem uma atuação nas causas negras, onde podem ou não se deparar com uma certa estranheza por parte dos mais pretos, já que os estudantes negros nas UFES têm se organizado em vários coletivos e este tema surge dentro deles, a partir das ações e reflexões que desenvolvem.

Orientando diversos estudantes negros, na graduação em Ciências Sociais, na pós-graduação em Antropologia e nos programas de bolsas do NEAB/UFPR pude ter acesso a várias páginas on line com diversas imagens de pessoas negras, onde a ideia do Pardo era severamente condenada. Ao invés de Pardos, várias possibilidades de ser negro sendo afirmadas, basicamente. O que tenho podido conversar com orientandos e orientandas é que existem alunos que se consideram mais pretos do que outros, que não seriam negros. Há um sentido de

---

<sup>3</sup>GT Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, coordenado por Paulo Sérgio Neves (UFS) e Luiz Augusto Campos (IESP/UERJ); MESA "O Novo cenário para os estudos das relações raciais no Brasil Pós cotas: consequências, desdobramentos e desafios", coordenada por Ângela Figueiredo (UFRB).

reconhecer uma fronteira entre estes estudantes beneficiados pelas políticas de cotas. Aqui existe um tema para pesquisa, pois o que está informando essa distinção? É apenas uma questão de cor ou outras variáveis influem? Como ter acesso a essas questões? Novas metodologias de abordagens precisam ser pensadas.

O caso indígena ajuda a pensar um pouco esta tensão. Em meados do governo Lula, a FUNAI criou “territórios étnicos” para administrar as populações indígenas a partir de alguns recortes étnico culturais e regionais. Embora esses territórios não tenham agradado a todos, passaram a servir de referência para a aplicação de diversas políticas públicas. Como a UFPR recebe estudantes de todo o Brasil nas suas vagas indígenas, terminou sendo interessante verificar até que ponto tal territorialidade faria sentido entre estes estudantes. De fato, não fazia. A maioria dos estudantes indígenas é Kaingang seguido pelos Guaranis, as duas maiores etnias do Sul do País. Depois Terenas, principalmente do MS e estudantes dos outros locais do Brasil. Em conversas com os estudantes, a grande diferença que eles ressaltam está dada entre os Estudantes das aldeias e os Estudantes que vivem nas cidades, e que muitas vezes puderam fazer um ensino médio melhor e concorrem a estas vagas com mais embasamento, mas não se relacionam muito bem com os demais estudantes das aldeias.

É uma evidência que merece ser devidamente contextualizada. Segundo dados de Censo, metade da população indígena brasileira atualmente vive em cidades e não em aldeias. As vagas indígenas, assim como as bolsas da FUNAI e o MEC, por sua vez, eram disponíveis para aqueles que comprovassem seu pertencimento a um grupo indígena, fosse através da declaração de uma liderança, fosse através de declarações da FUNAI, ou de algum outro comprovante de viver em alguma área indígena. Tais comprovações sempre envolveram negociações políticas intra aldeias ou intra étnicas, as vezes marcadas por conflitos muito particulares, de difícil entendimento por pessoas de fora. Em recente encontro nacional realizado na UFPR sobre este tema<sup>4</sup>, um dos pontos discutidos é que seria melhor que se aceitasse depoimentos dos candidatos indígenas, sobre sua condição social, já que a situação da maioria dos povos indígenas é de conhecimento de diversos especialistas, portanto é possível conferir sua veracidade. Neste caso, todavia, a auto declaração indígena deve ser considerada em seus próprios termos, já que muitas vezes não existe outra forma de comprovar, e por que haveria de haver, ainda mais diante de membros de grupos profundamente marginalizados e

---

<sup>4</sup> 2º FNAES: Fórum Nacional de Acesso ao Ensino Superior, 2018. Palestra: Indicativos do Cenário Nacional das Bancas de validação da autodeclaração para Candidatos(as) indígenas: Critérios e procedimentos” Participei como debatedor.

perseguidos que, obviamente, merecem ser alvo de uma série de ações reparatórias, como índios destribalizados e desaldeados do Nordeste e da calha do Amazonas.

No caso negro, a situação é diferente. Desde o tempo do império as noções que hoje denominamos por Pretos, afros, matriz africana, remetem a tipos culturais e raciais negros muito definidos por um lado, mas que também aglutinam uma série de valores – não europeus, não brancos, não ocidentais – que se descritos também formam um núcleo identitário étnico, que acompanha o fenótipo. Me parece que é importante a superação da noção de Pardos, por ser uma categoria desetnificante que não identifica ninguém, na verdade é a grande negação da Negritude e da Africanidade.<sup>5</sup> Pergunto se os estudantes cotistas não estarão chamando a atenção para este ponto, a partir da perspectiva e da vivência deles. Creio que é importante que as gerações anteriores olhem para essa questão com o devido cuidado, até porque esses programas poderão sofrer uma série de ataques num futuro próximo.

Por outro lado, é importante evitar outra armadilha, a do Negro das três raças, que está vinculada a uma carga de símbolos e valores da cultura brasileira e de um projeto de Brasil homogêneo futuro que também precisa ser descartado. O caso indígena novamente ajuda a pensar. Embora os índios sejam mais facilmente reconhecidos como grupos étnicos, Índio ainda é uma categoria colonial e nacional, que remete a um tipo original formador da nação, que, ao final das contas, também não situa nenhum grupo em particular e é um problema para todos eles. Como mostrado anteriormente, as populações indígenas do Brasil enfrentam seus próprios dilemas e problemas que pouco ou nada tem a ver com as Três raças ou temas similares.

## **As questões das bancas de auto verificação da identidade étnico racial e o PPI**

A questão das bancas raciais na UFPR, atualmente, permite retomar este ponto, a partir dos estudantes negros. Na prática, e isso também sempre foi alvo de algum questionamento, essas bancas trabalhavam com critérios presumidos oriundos do senso comum da cultura brasileira, sobre Cor e Raça, para avaliar o fenótipo dos candidatos e, por isso mesmo, esbarravam em tipos mestiços impossíveis de serem classificados de outra forma. Mesmo assim as bancas existiram e cumpriram o seu papel de evitar que pessoas de tipos Morenos, entrassem em cursos mais disputados, alegando serem Pardas. Permitiam que a Universidade tivesse um

---

<sup>5</sup> Pude trabalhar esta questão num artigo recente: “Um antropólogo diante dos desafios de uma política pública controversa: o caso das bancas raciais da UFPR.” Publicado em **R@U**, 9 (2) (suplemento), jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2018/01/Suplemento-84-102.pdf>

acompanhamento mínimo dos candidatos que estavam entrando pelas cotas raciais e era também um momento de encontro entre pesquisadores, militantes e estudantes negros e simpatizantes de suas causas, na qual os resultados desta política de inclusão racial podiam ser conferidos.

No final de 2016, o NEAB - Núcleo de estudos afro-brasileiros da UFPR convocou uma reunião para a discussão da versão final de uma resolução que "estabelece procedimentos e critérios para validação de autodeclaração dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da UFPR e dá outras providências."

A UFPR criou um programa de cotas raciais a partir do vestibular de 2004, com vagas suplementares para estudantes indígenas e reserva de 20 por cento das vagas para estudantes negros e outros 20 por cento para estudantes de escola pública. No ato de vestibular os estudantes declaravam cor, e aqueles que se declaravam Pretos ou Pardos podiam concorrer a cota racial, mas teriam que passar pela banca de validação posteriormente. Com o programa federal de cotas, esta banca foi eliminada, até que os técnicos responsáveis pelo registro acadêmico começaram a reclamar de que não haviam mais estudantes pretos, somente pardos e pessoas brancas alegando terem um ancestral negro. Depois de alguns arranjos e muita pressão, interna e externa as bancas voltaram, dentro da categoria PPI – Pretos, Pardos e Indígenas. A reunião era para discutir os termos desta nova banca dentro de uma nova resolução<sup>6</sup>.

O texto em questão era pequeno, de três páginas, com poucos pontos polêmicos. Eu apresentei, a partir das minhas reflexões se não seria melhor substituir a noção de candidatos pretos e pardos por candidatos negros, já que, em tese, as cotas são para negros, e a noção de que Negros são os pretos e pardos causa uma série de confusões. Basicamente, no tempo da banca da UFPR, definir se todos os pardos eram realmente negros sempre foi o maior problema. No esforço de entender as dificuldades da banca diante da verificação da auto identificação dos pardos como negros eu retomara a questão de que Pardo não é uma categoria nem étnica nem racial, algo complicado uma vez que a maioria dos candidatos negros era, de fato, auto declarada parda. De que categoria social estávamos falando, afinal?

---

<sup>6</sup> Fui coordenador do NAPA – Núcleo de apoio as políticas afirmativas nos anos de 2009 e 2010 e Membro do NEAB/UFPR entre 2007 e 2017. Presidi as bancas de verificação da autodeclaração racial entre 2009 e 2011 e nesta condição participei desta reunião. No momento presente, não acompanho mais esses processos, que tem outro formato. Tenho me dedicado a refletir sobre a experiência da UFPR, anterior às cotas Federais.

Os membros antigos do movimento negro apoiaram esta ideia, que eu já tinha conversado com outros intelectuais em outros momentos, mas me surpreendeu que a coordenadora do NEAB, à época, discordasse mais ou menos nos seguintes termos: “Negro é uma categoria abrangente, pode ser muita coisa, muitas pessoas podem ser negras de diferentes maneiras. Preto e Pardo são as categorias do IBGE, que servem melhor aos termos das leis de cotas.”

Este argumento acabou prevalecendo, de que o texto da resolução da UFPR deveria manter as categorias legais do Estado Brasileiro, para pensar tal tipo de política, embora, na prática, dentro do NEAB a categoria fundamental seja Negro, termo utilizado, realmente de maneira bastante abrangente com diversos sentidos.

Achei a colocação interessante, pois formulava uma distinção entre o ser Negro dos Movimentos Negros e o Preto, Pardo e o indígena do IBGE e das políticas públicas. É possível situar esta diferenciação entre uma noção abrangente dos movimentos sociais e uma noção restritiva das políticas governamentais. Como elas se situam uma em relação à outra e o que podemos entender sobre suas possíveis relações? Estas questões também continuam abertas a investigações empíricas.

O ponto em questão da nova portaria vem a ser, como antes, a definição do fenótipo do candidato, como o único critério a ser verificado. Se ele ou ela se encaixa na sua auto definição, o que nos coloca numa dimensão muito individualizada desta auto definição, sem considerar relações familiares e contexto sociocultural. Novamente retorna a questão dos sujeitos coletivos. Que identidade coletiva se define apenas a partir de fenótipos individuais? Qual é o pertencimento em jogo? Quando aconteceu a nova banca no vestibular de 2017, as pessoas que participaram, mais uma vez, comentaram as dificuldades em se lidar com os pardos, em contraste com a facilidade em se lidar com os pretos, que no final das contas, sempre foram os candidatos preferenciais para as cotas para negros.

A questão envolvendo a categoria Negro por um lado diante das noções de Preto e Pardo do IBGE e os desacertos entre ambos não é apenas um detalhe etnográfico surgido no NEAB da UFPR. Na verdade, tal questão nos remete ao início das discussões sobre estes programas, já foi discutida por outros pesquisadores, assim como o uso da categoria Negro, também já sugerida ao longo do debate da sua implementação, debate este que vale a pena recuperar.

Jorge de Carvalho, narra, com relação à UNB, que ele e Rita Segato, haviam proposto, já em 2004, a existência de cotas para Negros e não para pretos e pardos, uma vez que a

categoria parda é ambígua, e permitiria que pessoas morenas, não discriminadas por serem negras, se beneficiassem do Programa. A auto identificação enquanto Negro, entendida como uma categoria política seria suficiente para a inscrição do candidato. A comissão de implementação de cotas da UNB, por sua vez, optou pela identificação de Pretos e Pardos. Como Na UFPR, primeiro o candidato deveria se declarar preto ou pardo, para depois, ser considerado Negro pela Universidade. Para evitar fraudes, os candidatos, como na UEMS<sup>7</sup> deveriam posar para uma foto, que seria avaliada por uma comissão. Em caso de recusa, o candidato poderia recorrer e seria ouvido pela comissão. (CARVALHO 2006, p. 186)

A existência desta comissão na UNB causou uma enorme polêmica e acabou encobrindo uma dimensão mais importante da proposta de Carvalho e Segato para as cotas raciais na UNB, a criação de um sujeito coletivo negro. Na proposta inicial, os candidatos negros aprovados fariam matrícula todos juntos, para formarem, já na entrada na Universidade, um coletivo de estudantes negros. A existência de uma pessoa não negra, numa situação destas, seria bastante vexatória. Para os autores da proposta, a necessidade de se verificar a auto declaração despolitiza o programa de cotas, uma vez que a opção por ser Negro, nos termos da seleção que foi praticada na UNB, foi deslocada para um segundo lugar, quando deveria estar em primeiro plano.

Tal constatação nos leva de volta à questão que estamos destacando. Porque Pretos e Pardos neste momento? Porque não apenas Negro, quando toda a discussão em torno das cotas raciais e das políticas de inclusão foi toda feita a partir da categoria Negro? Por que se quis e se quer implementar esse tipo de política, a partir das categorias do IBGE?

Carvalho cita rapidamente a publicação realizada por Chor e Maio (2005, p.181) a partir de uma crítica à banca de verificação da UNB. Vários intelectuais foram convidados por esses editores para produzir um artigo a partir de um texto deles, incluindo aí ele mesmo e Rita Segato. Há posições prós e contras, algumas um tanto esdrúxulas, mas vale a pena nos determos nas considerações de Márcia Lima, professora de Sociologia da USP. Ela questiona porque o "ônus" da discriminação racial, que a política de cotas deveria reparar se transformou num "bônus", numa espécie de privilégio, cuja concessão precisa ser verificada. Há muita coisa importante nas suas considerações sobre o texto base dos editores. Unicamente para ela, na coletânea, a existência de uma banca de verificação também despolitiza a categoria Negro que

---

<sup>7</sup> Universidade estadual do Mato grosso do Sul, que também instituiu cotas raciais e trabalhava com bancas de verificação, utilizando-se de fotos.

deveria ajudar a promover, numa situação na qual a Universidade acaba se reapropriando das próprias categorias que se propõe a combater, no caso a noção de Raça como categoria científica e verificável e não como a categoria política do Movimento Negro. A(s) universidade(s) acabam propondo um critério de classificação racial aos candidatos negros, no caso o do IBGE, sem que se tenha uma justificativa satisfatória para isso. Ela sugere que se estava tentando dar uma aparência de objetividade ao processo, quando, na prática, os problemas principais destas políticas, como a permanência dos estudantes na Universidade, continuariam em aberto. Políticas de cotas se transformaram em sinônimo de ações afirmativas, quando são coisas diferentes, também sem muita discussão. (Lima 2005, p 258)

O que acabamos percebendo, também a partir da experiência da UFPR, é que os propósitos iniciais destas políticas foram profundamente reorientados logo do início da sua aplicação, o que é algo que precisa ser muito bem discutido a partir da memória dos envolvidos nesta primeira fase e da documentação produzida. De alguma maneira, a necessidade de se trazer um sistema classificatório oficial e objetivo foi colocada por estas políticas e temos que aprofundar esta discussão.

Voltemos a Jorge de Carvalho e as suas críticas ao uso das noções de Preto e Pardo. Como ele mesmo discute noutro momento de sua coletânea de artigos, para a UNB, haveria uma diferença entre os pardos do Censo e os pardos das Cotas. No início no século XXI, a UNB era uma universidade com um contingente de alunos marcadamente branco, em relação a outras universidades do País, mas, se o Distrito Federal possuía e possui um perfil étnico racial característico, quase uma síntese do país, com 50% de pardos, esse perfil se distribuía pelos seus cursos de maneira muito desigual.

Ao se perguntar "Quem são os pardos das cotas" Carvalho (2006, p.75) chama a atenção para como as categorias do IBGE foram trazidas para a discussão das cotas raciais, recuperando seus principais pontos. Há uma tendência a se pensar relações raciais no Brasil em termos de relações entre Brancos, pretos e pardos sob um único ponto de vista, através de um *continuum* de cor na qual o preto é mais discriminado do que o pardo pelo branco. Por outro lado, há uma polarização entre os privilégios da população branca frente às desvantagens dos pretos e pardos, enquanto não brancos. Esta distinção, formulada por Carlos Hasenbalg e Nelson Valle Silva, na segunda metade dos anos 70, passou a informar a categoria Negro, fazendo com que os pardos sejam vistos sempre junto com os pretos em oposição aos brancos. O problema, que Carvalho aponta, é que tal distinção pode fazer sentido em algumas regiões do Brasil, mas não

faz sentido em todas. Pardo em vários locais, principalmente no interior do País pode designar pessoas que não são brancas nem pretas, não necessariamente sofrem algum tipo de discriminação racial e tem ou tiveram, historicamente, opções de ascensão social disponíveis, como imigrar para o Distrito Federal e para as regiões de fronteira que se abriram após a sua construção.

Isso faz com que haja uma classe média parda, que não sofre os problemas da população negra que se quer e se quis atingir com o programa de cotas, obrigando que seja realizada uma distinção entre pardos morenos e pardos negros, que era exatamente o que eu via a banca da UFPR fazer quando se deparava com os casos inclassificáveis. Quando aparecia uma pessoa realmente Branca querendo fraudar o processo, se declarando parda, ela era facilmente eliminada, não havia o que questionar. Complicado era distinguir, dentro dos autodeclarados pardos, aqueles que poderiam ser percebidos como pardos claros, ou morenos dos pardos escuros, os negros. Em alguns casos, nem isso era possível, devido aos resultados impensáveis da mestiçagem. Havia também os casos de pessoas com origens japonesas ou árabes que causavam outros tipos de dificuldade. De qualquer modo, os casos questionáveis, fosse na UNB, na UFPR e em outras instituições, ficavam na casa dos 10% dos candidatos selecionados pelas cotas, mais problemático nos cursos de maior procura.

Em artigo publicado pela Associação Brasileira de Antropologia<sup>8</sup>, Marcelo Paixão e Luiz Carvano (2008, p.25) também abordaram este tema. Sem querer entrar nas considerações iniciais dos autores sobre o conceito de Raça e seus diversos usos e definições ao longo da história em diversos contextos nacionais e internacionais, vale a pena discutir as relações entre mestiçagem e as terminologias de auto identificação, que, conforme eles afirmam, impede que se queira falar apenas em termos de brancos e negros no Brasil. Embora uma série de estudos apontem para a existência de diversos termos classificatórios em diversos locais do país, desde os estudos do PNAD/IBGE de 1976 a maioria da população se representa a partir das categorias oficiais: branca, preta, amarela e parda, mais as seguintes categorias: Clara, morena clara e Morena, categoria que recebia 1/3 das respostas.<sup>9</sup> Tal constatação nos leva a uma discussão sobre as categorias Moreno e Pardo, enquanto sinônimas. Outros estudos apontam que, quando

---

<sup>8</sup> Publicação da ABA – Associação Brasileira de antropologia em co-edição com a UFBA. Disponível em [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/\\_RAC%CC%A7A\\_2ed\\_RI.pdf\\_.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf)

<sup>9</sup> No caso das bancas de verificação da UFPR era possível dizer que as pessoas que tinham sua autodeclaração questionada eram “claras, morenas e morenas claras”.

induzidos, a maioria dos morenos se reclassifica enquanto pardos, alguns como branco e muito poucos como pretos. Há um problema aqui que os autores terminam formulando muito bem nos seguintes termos:

Quanto a cor parda, o problema é que esse termo acaba agregando em sua rubrica pessoas de origens distintas (africanas, indígenas, caboclos, certos tipos de árabes, etc). Dentro da mesma lógica, existem ressalvas quanto à junção de pretos e pardos em uma única categoria denominada **negra**. Refletindo sobre esta segunda objeção, de fato, somos obrigados a constatar que, na ausência de um campo, no questionário das pesquisas demográficas, que remeta às origens étnico-raciais dos indivíduos, tal lacuna não terá como ser enfrentada"" (PAIXÃO & CARVANO 2008, p. 48/49, grifo do autor)

Tal constatação nos remete a outra dimensão da questão, o fato de que estamos lidando com políticas públicas aplicadas e promovidas a partir do Estado Nacional Brasileiro, que atua a partir de noções sobre a composição cultural, étnica e racial do país que ele mesmo produz e promove, geralmente de formas um tanto divergentes, atendendo a interesses diversos em jogo.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2008, p. 63) chama a atenção, em seu artigo também publicado na mesma coletânea, sobre como o pensamento sobre raça, nas ciências sociais brasileiras, sempre esteve intimamente ligado à ideologia da Nação brasileira. A ideia de Nação passa a ser o discurso da Ciência, e provavelmente continua sendo, quero crer, fato que precisa ser devidamente problematizado para uma melhor compreensão destas questões.

Guimarães retoma a questão de como o Movimento Negro brasileiro passa a utilizar uma série de estudos estatísticos para construir a noção de Negro a partir da união de pardos e pretos, uma vez que seus indicadores sociais são convergentes. O problema, segundo ele, é que este conceito não é nem mais somente analítico, dentro de um quadro científico objetivo ou somente nativo, dentro dos limites da ação política do MNU. Um conceito nativo cada vez mais politizado frente às demandas por políticas públicas, que irá necessitar de um suporte, seja este estatal burocrático, ou mesmo científico. As categorias do IBGE parecem dar conta dessa ambiguidade. Esta noção se universalizou no discurso político do Brasil pós-ditadura e suas ambiguidades se tornam um novo objeto para a reflexão sobre relações raciais no Brasil. Como Guimarães afirma, ao propor um conceito sociológico de Raça, o que está em jogo, no Brasil em primeiro lugar não é raça, mas Cor. Negros, mulatos e pardos são categorias orientadas por noções sobre Raças, um tipo de signo que nomeia diferenças sociais, que na prática não existem como algo dado.

O que Guimarães apresenta, ao finalizar o seu artigo, é muito relevante para esta discussão por ser exatamente uma problematização do exercício classificatório, de raças, cores e tipos étnico raciais, como eu via acontecer, na prática, nas bancas da UFPR. Basicamente, o que ele sugere, é que se realizem entrevistas nas quais a auto declaração possa ser conferida, a partir de fotografias, de perguntas abertas e fechadas sobre raça e cor. Na prática, nas bancas da UFPR era isso que acontecia, quando se estava diante dos casos inclassificáveis. Por mais que os militantes do Movimento Negro Paranaense gostassem de enfatizar que o que estava em jogo era o fenótipo, a banca estava lá para constatar que a pessoa era Negra - e não Branca - os casos complicados exigiam que se fizessem entrevistas. Perguntas sobre como a pessoa se auto identificava, origens familiares, casos de racismo que teria sofrido, era assim que se buscava reclassificar as pessoas. Esta prática se impunha, não tinha como não fazer. Nos recursos, era comum os candidatos trazerem fotos de família, quando não os próprios pais.<sup>10</sup>

Uma discussão muito relevante sobre este tema pode ser encontrada no artigo de Graziella Moraes Silva e Luciana de Souza Leão a partir de um *survey* realizado com brasileiros pardos. Há muita discussão que pode ser aproveitada para pensarmos melhor a questão de política pública para pretos e pardos, tentando entender, afinal, quem podem ser estes pardos. As autoras procuram relacionar a definição de quem é negro no Brasil com o peso que a discriminação racial tem como explicação para as desigualdades raciais. Como se mede a discriminação e como se define quem é negro? Dependendo dos critérios utilizados temos resultados muito distintos. (SILVA & LEÃO, 2012, p.117)

Este artigo apresenta um histórico dos censos sobre raça no Brasil, permitindo perceber algumas coisas que vale a pena destacar. Pardo é, inicialmente, uma categoria de uso comum

---

<sup>10</sup> Em 01.08.2017 a Resolução Nº 20/17 do CEPE - Conselho de ensino Pesquisa e Extensão da UFPR terminou definindo que:

"Art. 4º Para validar o termo de autodeclaração de candidatos às vagas reservadas aos candidatos PP será considerado único e exclusivamente o fenótipo negro como base para análise e validação, excluídas as considerações sobre a ascendência.

§ 1º Entende-se por fenótipo o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais, que, combinados ou não, permitirão validar ou invalidar a autodeclaração.

§ 2º As características fenotípicas descritas no parágrafo anterior são as que possibilitam, nas relações sociais, o reconhecimento do indivíduo como preto ou pardo."

no Brasil escravocrata, servindo para designar negros livres, a expressão completa seria Pardo livre, o que reforça a ideia de que a categoria já teve um caráter desestigmatizante, em relação aos estigmas históricos do Negro e do Preto. No período republicano a categoria Pardo passa a ser utilizada, desde 1940, para agrupar todos aqueles que não são brancos, pretos ou amarelos. Os índios, os caboclos, os mulatos, os morenos, todos passam a ser definidos como pardos, em oposição às três primeiras categorias, que parecem melhor definidoras com relação à cor e raça do que esta noção genérica de Pardo. Os números percentuais desta categoria crescem nos Censos subsequentes, ao mesmo tempo em que o Mestiço passa a ser visto como o tipo brasileiro por excelência. Deste breve histórico já podemos destacar uma outra questão. O Pardo de que estamos falando é apenas o mulato, entendido como um negro misturado ou é qualquer tipo de mestiço, sendo que, neste segundo caso, nem todos realmente se veriam como negros, podendo se perceber a partir de outras categorias, não tão discriminadas?

A pesquisa em questão se centra na auto representação de pessoas pardas, e do que elas têm a dizer sobre negritude e discriminação. Foram entrevistadas cerca de 160 pessoas na cidade do Rio de Janeiro, e a maneira como estes entrevistados foram selecionados é relevante. Selecionando pessoas de classe média, com formação superior e da classe trabalhadora, com ensino médio e empregos formais, trabalharam a partir de gerencias de recursos humanos de grandes empresas e de empresas de marketing, que operam com heteroclassificação de funcionários. A partir de um pequeno grupo inicial de selecionados, a pesquisa seguiu através das indicações destes para novos entrevistados. De qualquer modo, a pesquisa trabalhou com Profissionais negros, definidos a partir da sua relação com o mercado de trabalho.

Ser Negro apareceu como algo muito relacionado a ser discriminado racialmente, sendo que os pretos se declaram mais discriminados do que os pardos. Com relação a estes, a pesquisa acabou trabalhando com três categorias, “negros-pardos, pardo-negros e pardos-pardos”. Os primeiros são aqueles que se auto identificam como negros, mas se classificam como pardos, a partir das categorias do IBGE, geralmente de classe média. No segundo grupo, os que se auto identificam como pardos e como negros, geralmente pessoas mais jovens, mais influenciadas pelas discussões recentes sobre a Negritude no Brasil. No terceiro grupo, pessoas que se veem como mestiças, seja pela ascendência seja pela classificação dos documentos oficiais e para as quais se identificar apenas como negro pode surgir como algo mais complicado, já que podem se definir de outras maneiras.

Todas essas definições podiam ser encontradas nas bancas da UFPR. Os pretos, em primeiro lugar, sempre fáceis de confirmar a auto classificação, mesmo quando se declaravam pardos. Depois, aqueles que se definem como pardos, pela classificação do IBGE, e se veem como negros, de alguma maneira. Por último, aqueles que se veem como mestiços e como pardos, geralmente em função das relações de parentesco, ou seja, porque os pais são de tipos raciais distintos. As dificuldades na verificação da auto identificação apareciam aqui, onde surgiam os tipos inclassificáveis à heteroclassificação da banca, num desgastante esforço de produzir uma observação do fenótipo dos candidatos que pudesse ser mais objetiva.

A leitura da discussão do artigo de Silva & Leão permite perceber como as categorias do IBGE tem um peso na auto identificação dessas pessoas, mas não é o único definidor. É mais um elemento que conta nos diversos processos de negociação de identidades pessoais no Brasil, a partir da dimensão étnico racial, seja no ambiente familiar, seja diante do Estado seja no mercado de trabalho. Nos atuais processos de acesso a Universidade pública, como se está num momento anterior à entrada no mercado de trabalho, essas análises podem se complementar, ajudando a entender melhor as dinâmicas contemporâneas em torno de classificações, identidades e relações inter e intra raciais.

A partir da UFPR é possível dizer que os candidatos pretos se veem e são vistos facilmente como Negros e que estas categorias tendem a ser utilizadas como sinônimos, tanto por esses candidatos como também pelos agentes estatais e do Movimento Negro, responsáveis por essas políticas. O mesmo não se pode dizer com relação aos pardos, que, se são a maioria dos candidatos, precisam ser reclassificados de alguma maneira. Basicamente as bancas, sejam na UFPR, na UNB, na UEMS, ou na UEPG<sup>11</sup>, parecem sempre ter agido promovendo esta reclassificação. É possível afirmar que estas bancas conferiam e conferem que pardos são realmente negros.

Outra discussão importante sobre esta questão está formulada no artigo de Daflon & Carvalhaes & Feres Jr (2017, p. 293) a respeito das diferenças de percepção da discriminação racial entre pretos e pardos. Dialogando com questões já colocadas por Graziella Silva e Luciana Leão, chamam a atenção de que, se os pretos e pardos são alvo de uma desigualdade

---

<sup>11</sup> Ver a dissertação de Marielli Ramos Pinheiro *Cotas raciais na Universidade Pública Brasileira: Com a palavra, o cotista negro*, defendida na UNICENTRO, sobre a banca de verificação da auto declaração racial na UEPG.

econômica comparável, se percebem de modos diferentes frente à questão da discriminação racial. Os pretos sofrem muito mais uma discriminação que afeta muito menos os pardos. Visto assim, os atuais questionamentos dos estudantes pretos, de que eles é que realmente devam ser os Negros das cotas, por sofrerem realmente a discriminação racial, faz todo sentido.

O problema se desdobra e é importante perceber a distinção que se faz necessária. Se a política de cotas para Negros, nas UFES está pensada para aqueles que sofrem a discriminação racial por causa do fenótipo – é assim que sempre foi pensado na UFPR – então a cota racial deve ser para os Pretos, tão somente. Por outro lado, se a política de cotas é pensada para, além da questão da discriminação de fato, compensar as desigualdades econômicas que atingem a pretos e pardos, então ela deve atender aos dois grupos, como vem acontecendo. O artigo de Daflon & Carvalhaes & Feres Jr, permite cruzar melhor as duas dimensões, pois mostram que os pardos de classe mais altas afirmam não serem alvo de discriminação racial, enquanto os pretos mais pobres são os que mais sentem a discriminação.

Como comentam os autores, os Pardos não seriam “Negros que não querem ser Negros”, ao contrário, a distinção entre Moreno e Negro aparece como fazendo sentido e marcando fronteiras entre identidades raciais distintas. Há uma série de pontos que precisam passar por uma revisão, quando se parte destas considerações. Uma, seria perceber que o programa de cotas não trabalha tanto com uma oposição entre Negros e Brancos, mas muito mais com essa distinção entre negros e morenos. Neste artigo, seus autores também sugerem que uma oposição e barreiras de cor entre Brancos e Não Brancos só apareceriam no topo da pirâmide social, sendo matizadas pelas diferenças de renda e educação em outros contextos sociais. Faz bastante sentido, e permitiria uma proposta de que o melhor seria a existências de cotas para Pretos, independente de critérios de renda e cotas para Pardos com renda baixa.

## **Para concluir**

Creio que é importante trazer à esta reflexão um texto que marca esta discussão no Brasil, o de Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974, p.65). Como também chamou a atenção Luiz Augusto Campos (op.cit) o que era um problema epistemológico tornou-se um problema político, com as políticas afirmativas e as cotas raciais. Mas, em que consistia o problema epistemológico, se, afinal, o mulato, o mestiço, o pardo, o moreno, nada definem? O obstáculo sempre foi esse mesmo, a indefinição. Então, o que se pode pensar a partir destas categorias para as políticas de inclusão racial?

O texto é, na verdade, uma resenha, de um livro que compara relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Comparação que ajuda a explicitar o problema, mas atrapalha a explicação. Uma leitura deste artigo ajuda a perceber que o que existe a ser comparado seria mais a polarização entre Negros e Brancos nos EUA com a existência de espaços e concepções intermediárias – nem brancas e nem negras – no Brasil e suas ambiguidades. A partir de sua leitura é possível pensar em outras coisas a serem comparadas, como as Histórias da Grande Imigração nos dois países e seus efeitos na constituição de seus sistemas inter étnicos modernos e suas relações raciais.

Nos EUA mulatos também são negros, o que não significa que se possa afirmar que no Brasil também e que isso resolveria os problemas. O próprio artigo afirma que na República Velha os movimentos negros já utilizavam a categoria negro no lugar de pessoas de cor, então cabe a pergunta de por que estas questões ainda estão presentes no debate atual? Existe, afinal de contas, no Brasil, comunidades negras, comunidades mestiças e comunidades brancas, que se reconhecem nestes termos, entre si? Como elas se definem e estabelecem suas fronteiras.? O artigo aponta mais para como a ausência de grupos coesos com lideranças bem definidas aparece como um problema sério, já que a organização de grupos negros, e de outras categoriais sociais populares e étnicas, sempre foi muito reprimida no Brasil.

Como lembra João Pacheco de Oliveira (1999, p.124), ao discutir Censo no Brasil, a categoria Pardo nunca foi uma categoria racial, ou étnica ou mesmo uma cor. O que ela mede é o sucesso das políticas de branqueamento no Brasil, o quanto as populações originalmente indígenas, africanas e de outras origens estão se tornando pardas, se abasileirando, tornando-se esse subcidadão não branco, ao invés de constituírem-se como grupos com identidades sociais devidamente reconhecidas num jogo político democrático moderno. O Brasil se constrói desetnificando suas populações.

Visto assim, fica difícil pensar a distinção entre Pretos e Pardos, dentro de um grupo Negro mais abrangente, uma vez que pretos e pardos não se referem a grupos étnicos num sistema de relações interétnicas verificáveis. São categorias de um sistema de valores antes de serem categorias empíricas. Entendo que o grande problema está em que, ao trazer a categoria Pardo para a construção da categoria Negro, a indefinição fundamental desta categoria veio junto, o que causa esta série de problemas que estamos discutindo aqui.

Outra discussão relevante para pensar esta questão pode ser encontrada no artigo de Olívia Maria Gomes da Cunha (2000, p. 333), no qual analisa o surgimento de movimentos

culturais negros em Salvador e no Rio de Janeiro, com uma conseqüente politização de práticas culturais e uma redefinição de conceitos antes restritos a área acadêmica. Neste processo de redefinição efetuada pelos próprios Movimentos Negros, entendidas agora como Políticas de Identidade, o que terminará sendo proposto será o fim da visão anterior e o começo de uma nova concepção do Brasil, marcada por uma polarização entre negros e brancos, no lugar da lógica social da mistura, da miscigenação e do sincretismo. Ao construir uma visão do Negro pelos próprios negros, numa proposta de descolonização cultural, o significante Negro passaria a informar novos lugares classificatórios, dentro de uma afirmação de Identidades negras para comunidades negras que se organizavam em torno destes grupos culturais, entendidas agora como Comunidades étnicas. Este movimento encontra limites e resistências e vem sendo alvo de análises a um certo tempo.

Um problema que a autora aponta, também, é que, neste processo de construção de novas identidades negras, enquanto identidades étnicas, o étnico subordina-se à Identidade e noções como Raça, Cor, Etnia e Cultura, passam a serem categorias usadas indistintamente. O debate irá se voltar para uma discussão a respeito de Cidadania, de cidadanias alternativas, entendidas a partir de uma diferença negra, celebrada e atualizada pelas manifestações culturais promovidas por estes grupos. Embora a discussão da autora se detenha nas décadas de oitenta e noventa, grosso modo, as questões por ela apontadas estão muito próximas do ambiente acadêmico e militante que eu encontrei na UFPR e em Curitiba. É possível afirmar que a discussão que informaria as cotas raciais nasceu naqueles movimentos, décadas antes, e é a sua continuação.

O que eu passei a ver nas Bancas de verificação e as discussões que ela provocava, não eram simplesmente um momento de verificação de uma identidade previamente auto atribuída, a ser conferida ali, mas um momento fundamental de negociação de identidades étnicas promovidas pelo próprio programa da Cota racial. O que todo mundo estava fazendo, basicamente, era negociar o seu pertencimento étnico racial possível naquele momento, em relação a uma condição interessante, o ingresso na universidade federal, pública e gratuita, da maneira que fosse possível. Neste processo, uma série de categorias e conceitos emergiam, muito além do que os envolvidos propunham e percebiam. As atuais considerações sobre Pretos, Pardos e Morenos me parecem ser um exemplo destas conseqüências das Políticas de Inclusão racial.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. Rio de Janeiro: **Insight Inteligência**, v. 63, p. 80-91, 2013.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar editorial. 2ª edição. 2006.

CUNHA, Olívia Maria. “Depois da Festa: Movimentos negros e “políticas de identidade no Brasil.” In ALVAREZ, S. & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. (orgs) **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Pgs 333-380.

DAFLON, Verônica & CARVALHAES, Flávio & FERES Jr, João. “Sentindo na pele: percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil.” **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Vol 60, nº 02, pgs 293-330, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Alfredo Sérgio. “Raça, Cor e outros conceitos analíticos”. In Osmundo Pinho & Lívio Sansone (orgs) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA/ABA. 2ª edição. Pgs 63-82. 2008.

LIMA, Márcia. 2005. “Ser negro no Brasil: do ônus ao bônus?” **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 23, p. 258-261. jan/jun. 2005.

MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. "Políticas de Cotas raciais, os "Olhos da Sociedade" e os Usos da Antropologia: O caso do Vestibular da Universidade de Brasília(UNB)" **Horizontes Antropológicos**, , ano 11, n.23, p. 181-214, jan/jun. 2005.

OLIVEIRA, Eduardo Oliveira. O mulato: um obstáculo epistemológico. **Argumento**. ano 1, nº 3, pgs 65-73. 1974

OLIVEIRA, João Pacheco. **Ensaio de Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: EdUFRJ. 1999.

PAIXÃO, Marcelo & CARVANO, Luís. “A variável Cor ou Raça no interior dos sistemas censitários brasileiros.” In Osmundo Pinho & Lívio Sansone (orgs) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA/ABA. 2ª edição. Pgs 25-61. 2008.

SILVA, Graziella Moraes & LEÃO, Luciana de Souza. “O Paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos”. **RBCS** Vol. 27 n° 80: 117-133. 2012.

Recebido em: Junho de 2021  
Aprovado em: Setembro de 2021.